

Lucas Rodrigues Oliveira | org.

**EDUCAÇÃO
DILEMAS
CONTEMPORÂNEOS**
volume VII



Pantanal Editora

2021

Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

EDUCAÇÃO
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS
VOLUME VII



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2021 Os Autores
Copyright da Edição© 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela – IFPR
- Prof. Dr. Leandris Argente-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume VII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 126p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-67-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319673 1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Em todos os níveis e modalidades, a educação carrega uma função essencial para a sociedade: contribuir com a formação dos indivíduos que se envolvem nesse processo. Por isso, pela heterogeneidade que envolve o sistema educacional no mundo contemporâneo, muitos são os dilemas que precisam ser expostos.

Nessa sétima edição da obra “Educação: dilemas contemporâneos”, como não poderia deixar de ser, continuamos com os debates e reflexões sobre a educação brasileira, observando as vivências no contexto educacional, seus agentes e toda a complexidade que envolve esse contexto educacional.

Os autores dos capítulos que compõem essa obra são indivíduos que participam no processo educacional; assim, esperamos contribuir, nos textos que serão apresentados a seguir, com o desenvolvimento da educação brasileira – que precisa ser mais justa, igualitária, acolhedora, democrática.

Em todo o contexto histórico que envolve a educação brasileira, observamos que a escola pode contribuir com o aperfeiçoamento e maturidade da democracia no Brasil. No entanto, por mais que avanços já sejam nítidos, há muito ainda a ser debatido e melhorado na educação brasileira, por isso, a presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação no cenário nacional.

Lucas Rodrigues Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
Sobre a universidade na sociedade de classe num mundo em declínio	6
Capítulo II	21
Atuação de bolsistas de Secretariado Executivo como parte da formação acadêmica na Universidade Federal de Roraima	21
Capítulo III.....	39
Greve docente na universidade: percepções discentes	39
Capítulo IV	50
Transtornos do aprendizado: a exclusão das políticas públicas	50
Capítulo V.....	62
Educação inclusiva/salas de recursos multifuncionais em Altamira: instrumento de imparcialidade e respeito à igualdade de direitos	62
Capítulo VI	72
Cultura Amazônica através das danças juninas nas escolas São Francisco das Chagas e Cristo Rei/Assurini-PA	72
Capítulo VII.....	80
O Professor Reflexivo e sua Prática Docente em Tempo de Pandemia: um olhar sobre duas realidades de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental	80
Capítulo VIII	92
A formação inicial docente na perspectiva da Educação Inclusiva nos cursos de licenciatura de Valença/BA	92
Capítulo IX	107
A transsexualidade rompendo fronteiras: mitos e tabus no ensino superior	107
Índice Remissivo.....	125
Sobre o organizador.....	126

Greve docente na universidade: percepções discentes

Recebido em: 25/04/2021

Aceito em: 26/04/2021

 10.46420/9786588319673cap3

Daniele Cariolano da Silva^{1*} 

Jacques Therrien² 

INTRODUÇÃO

O artigo traz uma análise sobre o movimento grevista docente na universidade a partir das percepções discentes. Trata-se de um trabalho desenvolvido na disciplina de Fundamentos pedagógicos do trabalho e formação docente do curso de Mestrado Acadêmico em Educação, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará-PPGE/UECE.

Parte-se do contexto de problematização educacional e profissional, de inquietações fomentadas no panorama de contradições, de discursos de aparente valorização da Educação, da profissão docente e de seus profissionais no estado do Ceará e o movimentos grevista que emergiu em setembro de 2014, tendo como principal reivindicação a realização de concurso público para professor efetivo das universidades do Estado, solicitação que já havia sido feita na última greve, entre outubro de 2013 e janeiro de 2014. Aos poucos tal movimento foi abrangendo três universidades estaduais do Ceará a situar: Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Entende-se que os movimentos reivindicatórios, entremeados às contradições, possibilidades e desafios revelam tanto a sua força quanto as dificuldades no enfrentamento para negociar reivindicações junto a governos intransigentes.

É preciso considerar que os movimentos reivindicatórios, entremeados por contradições, possibilidades e desafios, revelam tanto a sua força quanto as dificuldades no enfrentamento para negociar reivindicações junto a governos intransigentes. Nesse contexto, o papel dos movimentos sindicais está vinculado não apenas ao número de filiados e ao número de greves conduzidas, mas ao seu poder de disposição, mobilização, promoção e condução de ações coletivas como uma greve, entendida como última estratégia a ser deferida quando as demais formas de negociação não surtirem resultados favoráveis à categoria profissional.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE. Pedagoga no Instituto Federal do Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus Quixadá.

² Doutor em Educação pela Cornell University (USA). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE.

* Autora correspondente: dannicariolano@yahoo.com.br

No âmbito educacional, uma pauta grevista se centra na defesa das condições de formação, de ingresso na carreira e de exercício profissional docente, no que tange às deficiências das instalações universitárias, à falta de professores, de recursos didático-pedagógicos e de ações efetivas de permanência discente.

Esses elementos se configuram também em uma pauta de defesa das condições de estudos próprias aos estudantes, de seu processo qualitativo de ensino-aprendizagem, da formação docente inicial a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que infelizmente é, segundo Mattos (2013), “[...] repudiada como muito dispendiosa e desnecessária e, em seu lugar, defende-se uma universidade limitada ao ensino, voltada para a formação de profissionais mais ‘flexíveis’, adequados às demandas do mercado”. Compreende-se aqui que a greve, enquanto movimento de resistência, de coletividade e de solidariedade de classe, busca continuamente uma universidade que contribua de fato para a mudança qualitativa e crítica da sociedade brasileira.

Assim, diante do problema de pesquisa (Quais as percepções discentes sobre a greve docente na universidade?) e dos objetivos propostos pela investigação, recorre-se à pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso e aos procedimentos de revisão bibliográfica e de realização de entrevistas semiestruturadas com licenciandos do curso de Pedagogia. A justificativa e a relevância da pesquisa pautam-se na possibilidade de discussão e de caminhos para o aprofundamento sobre a área de conhecimento.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir do entendimento de paradigma como um sistema de crenças baseadas em pressupostos, em que não há hierarquização de um sobre outro e nenhum pode ser irrepreensível como verdade, o estudo se pauta no paradigma da Teoria Crítica, apresentada sob as seguintes bases: I – ontológica, em que o realismo virtual passa a ser influenciado por questões e valores sociais, políticos, econômicos, étnicos, dentre outros, configurando-se em realismo histórico; II – epistemológica, com acentuação do caráter transacional/subjetivista, na qual as descobertas são mediadas por valores; e III – metodológica, em que o caminho teórico-metodológico ocorre no âmbito da relação dialógica/dialética (Lincoln et al., 2006).

A pesquisa se pautou por uma abordagem qualitativa, em que o ambiente natural é considerado principal fonte de dados, sendo necessário ao pesquisador o seu contato direto e prolongado com o meio e com a situação investigada; dá-se ênfase ao processo investigativo (ao tempo, espaço, sujeitos e relações que compõem a complexidade do cotidiano) em comparação ao produto da pesquisa; e, com vistas a retratar as perspectivas dos sujeitos, muitas das situações investigadas têm a sua relevância, o que justifica o fato de os dados obtidos serem diversos e predominantemente descritivos (Bogdan et al., 2006). Assim, observam-se as várias dimensões do fenômeno, fatores que geram uma compreensão mais clara, aprofundada, processual, descritiva, em que conforme Bogdan et al (2006),

os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a seleccionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objectivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. As causas exteriores são consideradas de importância secundária. Recolhem normalmente os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais.

Busca-se captar a maneira, os sentidos, as significações e as perspectivas atribuídas pelos informantes às determinadas questões, situações, fatos ou problemas que estão sendo focalizados no estudo; consideram-se os diferentes pontos de vista dos participantes, sua abrangência, dimensionalidade e dinamicidade interna envolvida.

A partir da afirmativa de que na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a principal fonte de dados, constata-se a necessidade da inserção do investigador no meio, algo que demanda tempo prolongado e utilização de diferentes recursos. Os dados apreendidos devem ser complementados pelas informações produzidas de acordo com o contato direto com os sujeitos, além de revistos em sua totalidade e no âmbito da relação entre texto e contexto. Busca-se melhor compreender os fatos a partir dos registros oficiais, mas, sobretudo, mediante observação do meio onde ocorreram, do contexto histórico a que pertencem, das circunstâncias históricas atuais e dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fatos em questão.

Para realizar a análise, recorreu-se à revisão bibliográfica, em que a escolha dos documentos de análise se deve à natureza e à área investigativa do estudo, em que a pesquisa bibliográfica, além de considerar o tempo, a essência/centralidade e os objetivos de pesquisa, tem-se também, de acordo com Severino (2007), o critério “[...] do estágio científico do pesquisador, deve-se adotar um critério formal, cruzando duas perspectivas: partir sempre do mais geral para o mais particular e do mais recente para o mais antigo, ressaltando-se, obviamente, o caso dos documentos clássicos”.

Houve também a implementação de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se de um roteiro com categorias/temáticas pré-estabelecidas, mas não engessado, fechado ou rígido, sendo adaptável conforme os rumos do diálogo entrevistador e entrevistado. Para Minayo (2010), tal entrevista “[...] difere apenas em grau de não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada, mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador”. Tem-se a possibilidade de combinação de perguntas abertas e fechadas, de improvisação, do uso de recursos visuais, de alongar ou encurtar a entrevista, direcionando-a para atender aos objetivos de pesquisa, de interesse, de maior aproximação e conhecimento sobre o entrevistado, sua percepção real, de favorecimento para a naturalidade e espontaneidade nas respostas.

As seguintes vantagens podem ser atribuídas ao uso da entrevista: I – obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e em profundidade sobre o comportamento humano, bem como suscetíveis de classificação e quantificação; II – possibilidade de obtenção de maior número de respostas (em demorado descritivas), uma vez que é possível ao entrevistador ir fazendo os devidos esclarecimentos e adaptações ao longo do diálogo. Além disso, o entrevistado não precisa necessariamente saber ler ou escrever; e III – possibilidade de observação das diversas expressões corporais do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas sob uma amostra de seis licenciandos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, de semestres diferentes. A escolha dos sujeitos se deu pela participação da referida instituição superior em recentes movimentos grevistas, pela vivência do estágio supervisionado da pesquisadora do estudo no curso de pedagogia dessa universidade e pela livre adesão dos licenciados. Os participantes foram classificados e referenciados ao longo do trabalho, seguindo uma ordem alfabética (licenciando A, licenciando B, licenciando C, por diante). A análise das informações obtidas segue as etapas de organização, classificação, categorização e teorização a partir dos estudos de Mattos (2013), Silva (1989, 2011), Sarmiento (1989), Pinto (2000), Bogdan et al (2006), dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Instituição universitária deve se incumbir de promover uma formação inicial capaz de possibilitar o ingresso do professor no exercício do magistério. Para Gatti et al. (2011), a relevância da formação inicial está no fato de criar “[...] as bases sobre as quais esse profissional vem a ter condições de exercer a atividade educativa na escola com as crianças e os jovens que aí adentram, como também, as bases de sua profissionalidade e da constituição de sua profissionalização”. Assim, pode-se inferir que uma formação inicial bem realizada no que se refere à satisfação de suas exigências formativas básicas, pressupõe-se produzir ao profissional recém-egresso da universidade condições para prosseguir em seus estudos e formações continuadas, bem como desenvolver a sua prática de ensino com responsabilidade, autonomia, com sólidos conhecimentos, reflexividade e criticidade.

Vale situar que são diversos os desafios que perpassam as condições institucionais, estruturais, organizacionais e pedagógicas da universidade, evidenciando a não concretude de um continuum participativo de elaboração de práticas institucionais que estabelecem a necessária integração entre a universidade e a sociedade, seus anseios e possibilidades profissionais. Desse modo, segundo Silva (2011) “a circularidade continua...a universidade encastelada, distante do que vem acontecendo nas escolas” e a percepção que se tem é de que se está pensando em soluções para demandas sociais e educacionais que não condizem, em sua essencialidade, com as necessidades vindas dos próprios setores da sociedade.

A universidade vivencia enormes dilemas que impedem e/ou dificultam a realização de seu papel, em especial no âmbito da formação de professores. Conforme Silva (1989), como “[...] agulhas chinesas

fincadas na consciência do professor: dor, humilhação, descontentamento, tristeza, frustração. Boneco coisificado perante a sociedade e, o que é pior, perante seus próprios alunos”, estes elementos condicionantes da profissão dão azo a situações de desmotivação, insatisfação, decepção e incapacidade que combinados com outros implicadores, se tornam determinantes para desencadear um progressivo percurso de desprofissionalização e de abandono do magistério. Isto compreendendo também que de acordo com Mattos (2013),

o trabalho docente foi intensificado, mas também hierarquizado e fragmentado, sob a égide de avaliações produtivistas e da desvalorização das atividades de ensino em paralelo à concentração dos recursos para a pesquisa nas mãos de alguns poucos “centros de excelência”. O individualismo competitivo, a valorização de uma meritocracia mensurada por discutíveis critérios quantitativos e a lógica do “empreendedorismo acadêmico” (do professor que vende seus serviços ao mercado) passaram a ser parte do *ethos* que se pretendeu impor ao professor universitário.

Dentre os diversos desafios ao exercício da profissão professor, atrelados à precarização das condições de trabalho e de formação docente, têm-se a desvalorização social e profissional que a sociedade e o governo, por meio das políticas educacionais vigentes conferidas ao magistério, a baixa remuneração salarial, dentre outros elementos de desprestígio. Constata-se o contexto das condições institucionais, sociopolíticas e profissionais nas quais o professor tem que desenvolver o seu trabalho diário. O movimento grevista em defesa da carreira docente se relaciona à avaliação objetiva de que os professores universitários são mal remunerados e à tentativa de reverter a situação de precarização da atividade docente (formas ‘informais’ de contratação, professores substitutos ou temporários) e do modelo produtivista de avaliação de desempenho docente (Mattos, 2013).

Ante ao panorama, como direito legítimo assegurado legalmente para garantir o atendimento às condições mínimas e inadiáveis ao exercício profissional docente, lança-se mão do movimento grevista a depender do tipo, da finalidade, da abrangência, das ações desenvolvidas e do alcance do ato. Na esfera legal, trata-se de um dispositivo democrático assegurado pelo artigo 9º da Constituição de 1988, em que é garantido “o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”, sendo muitas vezes atrelado ao alguma sindicato, uma associação sindical de trabalhadores de uma mesma categoria profissional na busca por resguardar e defender seus interesses e direitos.

Vale situar em âmbito abrangente que o sindicalismo brasileiro na década de 1980 foi marcado por lutas e conquistas deste movimento. Já na década de 1990 esteve imbuído da agenda e política neoliberal no país, caracterizando-se pela rendição do novo sindicalismo e pela crise no modelo de luta sindical, com a perda do poder de mobilização das categorias profissionais, devido ao contexto de desregulamentação de direitos, de dificuldades de negociação, de baixo índice de sindicalização e de elevado número de trabalhadores desempregados (Assunção et al., 2020). Posteriormente, a partir da década de 2000, houve um processo de reconfiguração do movimento sindical, decorrente de seu descontentamento ante as

políticas adotadas pelo Governo Lula, atendendo contraditoriamente tanto a demandas petistas e sindicais como a interesses dos empresários, o que gerava a fragmentação do sindicalismo, mas ao mesmo tempo, permanecia certa identificação sindical entre os pares envolvidos, entre governo e trabalhadores.

Cabe também pontuar que, apesar de ser um direito respaldado em legislações para as diferentes categorias profissionais nos seus diversos setores da sociedade como a saúde, a educação, a segurança, o transporte, dentre outros, as condições requeridas para paralisação durante os acordos com os devidos empregadores são diferentes para cada profissão, bem como as condições de negociação, considerando que os objetivos e as necessidades tendem a ser diversificadas. No âmbito da educação, esse contexto é conduzido e compreendido a partir do imaginário social de desvalorização dessa esfera, de concepções e práticas restritivas e intencionalmente materializadas em torno da profissão professor, com o objetivo de manter o *status quo* de desigualdades, sociais, econômicas e culturais. Este fato gera repercussões negativas para os professores que passam a ser considerados meros técnicos reprodutores de conhecimentos, um profissional desqualificado, um “semiprofissional” (Sarmiento, 1994). As atribuições valorativas que incidem sobre o trabalho docente são representações sociais que passam a se constituir em atributos da pessoa que o desenvolve.

Apesar da necessidade e do aparente discurso governamental de “valorização da Educação” por meio da ampliação das ações educativas com vistas a atender as demandas da atual sociedade, o panorama social de desprestígio da profissão de professor ainda se faz presente. Situações de descrédito social, econômico e profissional ainda são vivenciadas pelo professor, bem como outros desafios advindos da precariedade do sistema público de ensino, conforme o seguinte depoimento.

a sala de aula não tem condições básicas, os ventiladores que temos são muito antigos, o quadro branco não é branco, ele é todo manchado. Se quisermos ligar um Datashow tem que afastar as cadeiras para refletir na parede. Você não tem um banheiro decente para usar (Licenciando B).

Apontam-se para as condições de exercício profissional, para os recursos e os materiais necessários à prática cotidiana do professor. De acordo com Mattos (2013), “na prática, o que hoje se observa são salas de aula superlotadas, falta de laboratórios, bibliotecas e outras instalações essenciais, pois a expansão física das universidades já existentes foi muito limitada”, sendo as reivindicações grevistas em sua maioria, centradas também sobre tais condições de trabalho, da necessidade de concursos públicos, de conclusão de obras de expansão, de disponibilização de verbas de manutenção e assistência estudantil, portanto, em torno da garantia das condições mínimas de qualidade do trabalho universitário. Nesse sentido, segundo Annegues et al. (2017):

as dificuldades enfrentadas pelos professores no país, sobretudo nas escolas públicas, como os baixos salários e a falta de condições de trabalho, reforçam ainda mais a revolta da categoria, o que dá margem à ocorrência dos movimentos grevistas como forma de chamar a atenção da sociedade e exercer pressão sobre as autoridades. Por outro lado, a paralisação dos professores pode gerar diversas consequências não negligenciáveis ao processo de aprendizagem dos

estudantes e que se somam às deficiências já existentes do sistema educacional, como a falta de professores e a precária infraestrutura das escolas.

A educação superior, além do ensino, pauta-se por atividades de produção de conhecimento mediante ações extensionistas e de pesquisa, desse modo, as greves docentes a nível federal se configuram de certa forma como movimentos nacionais, em que as instituições educacionais vão aderindo paulatinamente e têm seus impactos na organização do calendários letivos de aulas, no andamento dos semestres, na conclusão dos cursos, dentre outras condições necessárias e diretamente relacionadas à aprendizagem e à formação discente universitária. De acordo com Annegues et al. (2017):

a consequência direta das greves dos professores é a interrupção das atividades de docência, com uma perda correspondente de dias de aprendizado das disciplinas por parte dos estudantes. Todavia, existem algumas razões as quais levam a crer que os efeitos das greves sobre os estudantes não se restringem apenas aos dias de aula perdidos. Diferentemente dos feriados, as greves não são incorporadas ao planejamento dos semestres, de modo que os estudantes precisam ser submetidos a uma revisão dos materiais das disciplinas para que retomem o ritmo de trabalho anterior à interrupção do período. Isso, aliado ao pouco tempo para finalizar as atividades do semestre, pode comprometer a assimilação dos conteúdos restantes das disciplinas, prejudicando, assim, o desempenho acadêmico dos estudantes nos semestres interrompidos pelas greves.

Sem dúvida, há consequências tanto para os professores como para os alunos como impactos gerados em específico pelo movimento grevista seja pela desorganização de calendários letivos, de redução de carga horária de ensino seja pelo acúmulo de atividades, aligeiramento e superficialidade dos estudos após retorno das aulas. No entanto, vale a reflexão de que a historicidade de tais movimentos na esfera da educação com seus sutis avanços e legítimas continuidades de luta, revela a necessidade de concretas transformações nas bases sociais e econômicas que ultrapassem as medidas obsoletas, pontuais e rasas implementas pelas políticas de mandos e desmandos de governos neoliberais.

Além desse panorama global, deve-se considerar também que em âmbito restrito, a autonomia do docente universitário na garantia entre execução e concepção é limitada, pois há conforme Pinto (2000), “uma centralização nacional de currículos; uma educação voltada para os interesses do mercado; o cerceamento da pesquisa; a conformação de elites do saber com os centros de excelência; alterações nas relações de trabalho, o que implica novas modalidades de contratação e novas metodologias de ensino”.

Em contexto neoliberal, impulsiona-se transformar o trabalho docente em trabalho produtivo, inserido em um sistema de produção caracterizado por: I - maior produtividade; II - racionalização da produção em série, de larga escala e controle gerencial; III - com menor custo possível; IV - maior otimização do tempo; V - divisão das especialidades, entre os que elaboram e os que realizam, entre as ações de concepção e execução; VI - atrelamento da remuneração ao critério de produtividade e lucratividade geradas pelas atividades realizadas (PINTO, 2000). Isto descaracteriza qualquer atividade laboral em seu sentido global, totalizante e humanizante, incluindo aqui a prática do professor, alterando-a e distanciando-se de um projeto de produção de conhecimento que reafirmaria a essencialidade da identidade docente.

Vale trazer à tona a necessidade de que tal movimento docente possa se constituir além de um instrumento de reivindicação de determinados direitos trabalhistas, como também um processo de formação pessoal e profissional daqueles que direta e indiretamente são influenciados pelas possibilidades e pelos desafios postas na vivência deste manifesto de trabalhadores da educação (os alunos, por exemplo). Isto se evidencia nos relatos abaixo.

Acho que deveriam ter sido feitas palestras e assembleias gerais, também cursos individuais. Menos palestras específicas de cursos e mais palestras coletivas com documentários (Licenciando E).

Não concordo que a greve é um movimento de simples paralização, ela é um movimento de paralização das atividades cotidianas, porque através dela se busca atingir as reivindicações, mas o mundo está se transformando e você tem que aproveitar aquele momento para se transformar e dá um salto qualitativo. Todo o aprendizado referente à universidade, referente ao cidadão é importante, estamos em formação enquanto durar a greve (Licenciando D).

Partindo da premissa de que se está diante de uma profissão estritamente humana, pois se detém a formar sujeitos humanizados e emancipados, as consequências de um movimento grevista não podem ser compreendidas de forma pontual e isolada, deslocada da conjuntura social e sem efeitos irreversíveis, imediatos, a curto e médio prazo para a formação não somente escolarizada e profissional, mas de existência e sociabilidade humana. Persiste a necessidade e possibilidade de vislumbrar o caráter formativo, reflexivo, conscientizador e crítico dos movimentos grevistas, podendo se materializar como descrito no relato acima, mediante assembleias, palestras, círculos de debates sobre a situação vivenciada, com o entrelaçamento a um panorama social mais amplo do que os limites da universidade, conforme depoimentos discentes a seguir.

Se vivemos transformações constantemente, individual, externa e interna e da sociedade, o movimento de greve não é estagnado e não é um momento de pausa, ele é um momento de transformação e ele provavelmente será uma quebra de paradigmas se a gente conseguir aquilo que a gente quer (Licenciando C).

Eu procuro ensinar com a greve que as pessoas tenham essa visão, de dá voz ao seu direito de cidadão, de se manifestar nem que seja na sala com o seu colega, mas manifestar a sua liberdade, a sua visão. Procurar ser uma pessoa crítica. Se estamos em greve, estamos por quê? Para quê? Quem se beneficia? Como eu posso contribuir com essa greve? Se eu não vou contribuir, não vou por quê? O que nós podemos ganhar? Eu vou procurar ensinar essa visão crítica de mundo que serve para qualquer hora inclusive a de greve (Licenciando A).

Os avanços, permanências e retrocessos de uma greve na universidade se concretizam também em um processo formativo acadêmico, de fomenta de novas inquietações e reflexões em torno da relação entre o dito “ideal” para a formação do professor e o efetivamente “real” nas estruturas de organização e funcionamento de uma instituição de ensino superior; novos conhecimentos, posturas, concepções e práticas pessoais e profissionais sobre a educação, a docência, a formação e o trabalho docente frente às demandas sociais. As possibilidades de uma greve vão além da obtenção das pautas reivindicativas e de seus resultados econômicos, pois conforme Mattos (2010), “só o desenrolar dos processos abertos pela

greve ou iluminados por ela, nos possibilitará chegar a um balanço mais equilibrado sobre um acúmulo político positivo para lutas futuras, gerado pelo movimento”, sobre elementos e situações emergentes da greve com potencial mobilizador, impulsionar e mantenedor de movimentos de resistência.

Trata-se de um constante enfrentamento grevista que segundo Pinto (2000) expressa a “defesa da universidade como *locus* de produção e desenvolvimento do conhecimento, a favor do desenvolvimento da humanidade e satisfação das demandas sociais, com financiamento público, gestão autônoma, gratuidade, condições de trabalho dignas e igualitárias para todos os seus profissionais”. Em síntese, tem-se uma constante luta por instituições educacionais com laboratórios, salas de aula, restaurantes universitários, recursos didático-pedagógicos, recursos básicos de higienização, condições mínimas para a realização de atividades de ensino, extensão e pesquisa, e com professores com carreira digna, portanto, uma luta por uma universidade democrática, laica, pública, autônoma e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversos os desafios da educação e do trabalho de seus agentes, expressando-se em projetos e programas governamentais em que conforme Pinto (2000), “[...] priorizam a formação como preparação para o trabalho; a reprodução de conhecimentos; a redução da formação ao ensino (enquanto repasse de conhecimentos), excluindo a pesquisa e a extensão; a ingerência e primazia do interesse do mercado na definição das orientações acadêmicas”. Além da escassez de recursos para esta área, impulsionando paulatinamente a processos de privatização de instituições educacionais públicas, a divisão e fragmentação de atividades, funções dos trabalhadores e a quantificação como critério avaliativo em detrimento da qualidade das práticas desempenhas nos cursos.

A atividade docente usufrui de relativa autonomia que possibilita imprimir finalidades sociais e políticas e concretizá-las mesmo que parciais, na busca pela indissociabilidade entre a concepção e a execução da própria atividade, mas deve-se ressaltar que também existe externamente um enorme controle dos meios necessários para executá-la, uma vez que os contornos e os limites são impostos pelo sistema capitalista, há marcas da opressão, castração, dominação e alienação presentes no trabalho docente inserido nesse contexto societário.

Decididamente, a educação precisa ser transformada, mas para que isso ocorra é preciso que haja também transformações estruturais em diversas esferas e setores da sociedade, pois as reformas paliativas e isoladas de Políticas de Governo até então vigentes ainda refletem a burocratização, a hierarquização e a imposição do poder central para com o complexo educacional. Não objetivando trazer contribuições significativas, essas reformas se constituem em instrumentos de manutenção e perpetuação de estruturas materiais e ideológicas de expansão da preconceição, de manutenção das desigualdades e segmentação social, portanto, de barbárie do homem sobre o próprio homem.

Para o enfrentamento do contexto acima, persiste o desenvolvimento de Políticas de Estado, de resistência e inconformismo para a compreensão, a reflexão e a superação do processo de conformação ao existente, pelo qual se restringiu os espaços de luta e autonomia do homem uma vez que se encontra integrado socialmente. Nesse sentido, como ação coletiva, formal e reivindicatória, os movimentos grevistas impulsionam, dentre outros interesses, o fomento de tais políticas em sentido amplo. De acordo com Araújo et al. (2018), as greves impulsionam também demandas específicas por “[...] mudanças positivas para o exercício da sua profissão, os docentes buscam solucionar problemas no déficit de recursos materiais, nas condições de trabalho, na intensa evasão das salas de aula e na sobrecarga de suas atividades”. Isto sem desconsiderar que se geram impactos negativos a curto e médio prazo de tais movimentos grevistas sob os professores e alunos, nas esferas financeiras, psicológicas, sociais, políticas, formativas e nos processos de ensino e aprendizagem universitários.

Os impactos se estendem a professores, estudantes, técnicos administrativos em educação e demais seguimentos da sociedade que se utilizam dos serviços prestados por estes profissionais que trabalham, ensinam e/ou aprendem em situações de precarização das Instituições educacionais.

O movimento grevista docente, para além de reivindicações de categorias profissionais específicas, articula-se a um anseio mais amplo da sociedade por serviços públicos de qualidade, que satisfaçam as suas demandas por saúde, educação, trabalho, alimentação, moradia, segurança e transporte, portanto, que atendam aos seus direitos sociais básicos e inerentes à existência, sociabilidade e formação do homem. Tal anseio se mostra latente em tempos neoliberais ante: I - a priorização de investimentos do Estado para a esfera empresarial e financeiro, o que gera impactos para o serviço público, por conseguinte, para a sociedade que se beneficia do produto ou da atividade prestada; II – os cortes de verbas nas áreas sociais básicas, tendo como “justificativa” a crise financeira internacional constantemente proferida nos discursos governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Annegues AC et al. (2017). O impacto das greves dos professores universitários sobre o desempenho dos alunos da UFPB. Porto Alegre – RS, JEL. 1-24p.
- Araújo AAA et al. (2018). Influência das greves sobre o docente nas instituições de ensino superior sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Encontro nacional de Cursos de Graduação em Administração - 29º ENAGRAN. 01-16p.
- Assunção R et al. (2020). Docentes em luta: a greve de docentes da UESPI em 2016. Piauí: Vozes, Pretérito & Devir, XI(I): 237-252.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

- Bogdan R et al. (2006). *Investigação qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora. 336p.
- Gatti BA et al. (2011). *Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 300p.
- Lincoln YS et al. (2006). *Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes*. In: Denzin NK et al. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens (2ª ed.)*. Porto Alegre: Artmed. 169-192p.
- Mattos MB (2013). *Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012*. *Revista Iberoamericana de Educación Superior, México, unam-iiisue/Universia*, IV (10): 135-142.
- Minayo MCS (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec. 416p.
- Pinto MB (2000). *A subordinação do trabalho docente à lógica do capital*. *Revista Outubro*, São Paulo, 4ª Edição. 17-24p.
- Sarmento MJ (1994). *A vez e a voz dos professores*. Porto: Porto Editora. 89p.
- Severino AJ (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez. 320p.
- Silva ET (1989). *O professor e o combate à alienação imposta*. São Paulo: Cortez. 104p.
- Silva ET (2011). *Os (des)caminhos da escola: traumatismos educacionais*. 8. ed. São Paulo: Cortez. 104p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ambiente escolar, 58, 63, 66, 67, 68, 70, 85, 108, 122

B

bolsista, 26, 28, 29, 30, 33, 34

C

cultura popular, 72

E

educação

especial, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 68, 69, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106
inclusiva, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 123

ensino-aprendizagem, 40, 80

estágio, 22, 37, 70

exclusão, 50, 52, 54, 55, 65, 93, 95, 118, 120, 121, 123, 124

F

ferramentas tecnológicas, 83, 84, 88, 89, 90

formação

continuada, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 106

inicial, 42, 65, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106

profissional, 35, 60

G

gênero, 55, 99, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

H

habilidades, 14, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 53, 57, 60, 88, 89, 103

história da educação, 81, 82

M

movimento grevista, 39, 43, 45, 46, 48

P

políticas

docentes, 49

públicas, 52, 57, 60, 113, 119

prática docente, 53, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 105

preconceito, 60, 65, 93, 107, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123

projeto pedagógico do curso, 25, 26, 33

psicologia, 53, 60, 61

psicopedagogia, 57, 60

R

recursos

informatizados, 62, 68

multimídia, 66, 69

S

secretariado executivo, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 38

sexualidade, 108, 109, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 124

T

tempo de pandemia, 81, 83, 86, 89, 90, 91

trabalho docente, 43, 44, 45, 46, 47, 49

transfobia, 107, 109, 113, 114, 118, 120, 122, 123, 124

transgeneridade, 124

transtornos do aprendizado, 54

U

universidade, 6, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 42, 50, 61, 70, 79, 80, 86, 92, 93, 107, 123

SOBRE O ORGANIZADOR

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



ISBN 978-658831967-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br